

PROJETO DE LEI Nº 040/2017, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017.

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR
TERMO DE COLABORAÇÃO COM A
ASSOCIAÇÃO DOS MENORES DE ARROIO DO
MEIO/RS”**

EDSON KASPARY, Prefeito Municipal de Vale Real, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições Legais apresenta o seguinte:

PROJETO DE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Termo de Colaboração com a **Associação dos Menores de Arroio do Meio/RS** na forma estabelecida pela Lei Federal nº 13.019/2014 de 31 de julho de 2014 e suas alterações das parcerias voluntárias, visando ao atendimento de crianças e adolescentes, em regime de abrigo.

Art. 2º - O valor da subvenção deverá ser aplicado, exclusivamente, na finalidade prevista na minuta do termo, que passa a fazer parte integrante da presente Lei.

Art. 3º - A Entidade deverá prestar contas dos recursos recebidos a cada trimestre conforme plano de trabalho/aplicação que faz parte integrante desta lei.

Art. 4º - Fica autorizado o poder executivo a abrir crédito especial na seguinte rubrica orçamentária:

Secretaria Municipal Saúde e Assistência Social
3.3.50.41.00.00.00- Contribuições (2832)
R\$ 10.000,00

Art. 5º - O crédito especial aberto no artigo 3º desta lei terá como cobertura o superávit financeiro do recurso Livre (1) apurado em 31.12.2016.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VALE REAL, aos treze dias do mês de setembro de dois mil e dezessete.

EDSON KASPARY
Prefeito Municipal

**PROJETO DE LEI 040/2017
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

**Senhor Presidente,
Senhores vereadores!**

O projeto de lei que ora remetemos para esta Casa trata de autorização para firmar Termo de Colaboração com abrigo institucional – **Associação dos Menores de Arroio do Meio/RS** a fim de atender à legislação vigente e Recomendação da Promotoria Pública de Feliz no tocante à matéria no Inquérito Civil nº 00773.00060/2010 (solicitação anexa).

Trata-se de abrigamento de meninos na faixa etária de até 12 anos e meninas até 18 anos conforme necessidade do ente municipal.

Todos os Municípios da região foram notificados a firmar Termo de Colaboração e estamos nos adequando às exigências legais.

Já firmamos recentemente Convênio com a Fazenda Senhor Jesus para abrigamento de meninos de 12 a 18 anos e neste projeto serão contempladas as demais faixas etárias exigidas pelo Ministério Público a fim de garantir a assinatura de convênios caso haja a necessidade da prestação de serviço.

Atenciosamente,

EDSON KASPARY
Prefeito Municipal

TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VALE REAL/RS E A ASSOCIAÇÃO DOS MENORES DE ARROIO DO MEIO/RS

Termo de Colaboração celebrado entre **O MUNICÍPIO DE VALE REAL/RS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 92.123.918/0001-46, com sede na Rua Rio Branco nº 659 doravante denominado Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Edson Kaspary, portador do CPF nº. 603.974.970-91 residente e domiciliado no Município de Vale Real e, de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO DOS MENORES DE ARROIO DO MEIO/RS**, instituição civil de direito privado, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº. 87.296.950/0003-55, com sede na Rua Visconde do Rio Branco, nº. 46, Bairro Navegantes, em Arroio do Meio, ora em diante denominada Associação, representada por sua Presidente **LEDA MARIS POLETTO**, portadora do RG nº. 3016638151, CPF nº. 082.115.900/34, residente na Rua Gustavo Wienandts, nº. 896/401 na cidade de Arroio do Meio celebram o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, Lei Municipal 1.030/2012, Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, Lei Orgânica de Assistência Social, dispositivos da Lei Orgânica do Município e demais normas que regulam a espécie, conforme as cláusulas e condições seguintes:

Resolvem as partes celebrarem o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, que se regerá pelas condições adiante consignadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente Termo de Colaboração tem por objeto a cooperação entre o Município e a Entidade, visando ao atendimento de crianças e adolescentes, do sexo masculino (**até 12 anos**) e feminino (**até 18 anos**) em regime de Abrigo, encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Conselho Tutelar e/ou por medida judicial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atendimento dar-se-á em regime de acolhimento integral, incluindo alimentação, vestuário, transporte, lazer, escolaridade, atendimento médico, psicológico e odontológico, e demais meios necessários para a integração/reintegração do Acolhido junto à família e à comunidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

O Município repassará à Associação o valor mensal de **R\$ 2.500,00** (dois mil e quinhentos reais), mensalmente, por criança ou adolescente abrigado

na Associação, referente ao serviço, que deverão ser depositados até o dia 05 (cinco) de cada mês, no Banco Sicredi 748, Agência 0136, conta nº. 50827-6, de Arroio do Meio/RS.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

I - Compete ao Município:

1. Encaminhar à Entidade, crianças e adolescentes – do sexo masculino (**até 12 anos**) e feminino (**até 18 anos**) - que necessitem de atendimento em regime de acolhimento integral, devidamente documentados de acordo com as exigências legais;
2. Providenciar para que o Encaminhado porte consigo objetos de uso pessoal, de higiene e vestuário;
3. Repassar mensalmente à Entidade, os recursos do Termo de Colaboração de acordo com o número de crianças e adolescentes devidamente atendidos;
4. Acompanhar a execução do objeto deste Termo, mediante visitas para avaliação técnica, visando à consolidação dos objetos preconizados no presente;
5. Os medicamentos, caso prescritos em receituário médico, são de responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde do Município de origem ou familiares dos abrigados, encaminhados para a Associação dos Menores de Arroio do Meio.
6. No que tange a internações hospitalares, bem como tratamentos médicos e transporte do infante para consultas médicas, estas serão de responsabilidade do município de origem do menor. Assim, deverá o município estar ciente de sua obrigação para com o infante abrigado nesta associação, não podendo alegar desconhecimento de tal fato.
7. Os pagamentos deverão ser efetuados até o dia 05 (cinco) de cada mês, contado da apresentação da fatura correspondente. A falta de pagamento de qualquer das parcelas, até a data do vencimento, constituirá de pleno direito em mora o MUNICÍPIO, e implicará o acréscimo de correção monetária, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do débito (valor da parcela + juros de mora).

8. Independente do disposto no item 7, o não pagamento da parcela faculta à Entidade rescindir o presente contrato, sem prejuízo da exigibilidade do débito vencido.

II - Compete à Entidade:

1. Abrigar, em regime de acolhimento integral, crianças e adolescentes encaminhados pelo Conselho Tutelar, Justiça da Infância e da Juventude e Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
2. Executar os programas, de acordo com o disposto no Plano de Trabalho, com estrita observância, no que diz respeito ao atendimento das crianças e adolescentes, ao disposto nos arts. 92 e 94, da Lei nº. 8.069/90;
3. Oferecer instalações adequadas, sempre passíveis de fiscalização pelo Município, pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário locais;
4. Responsabilizar-se pela segurança do Acolhido;
5. Informar à família do Acolhido, à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social; ao Conselho Tutelar e à Justiça da Comarca de Feliz/RS a sua saída da Instituição;
6. Prestar contas trimestralmente em relação aos repasses quando houver criança ou adolescente no abrigo.

CLÁUSULA QUARTA - DESCONTOS:

A Entidade não se obriga a dar qualquer tipo de desconto para membros da mesma família, inclusive irmãos.

CLÁUSULA QUINTA - DO CUSTEIO DE DESPESAS COM ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA:

As despesas decorrentes do consumo de água e energia elétrica, assim como outras decorrentes da manutenção da entidade, serão por esta custeadas, observado o disposto no art.90, *caput*, da Lei nº. 8.069/90.

CLÁUSULA SEXTA - DO REPASSE DOS RECURSOS E DA LIBERAÇÃO DAS PARCELAS:

1. O repasse dos recursos dar-se-á em parcelas mensais, até o dia 05 (cinco) após a data do protocolo do requerimento, na Prefeitura Municipal, por parte da Entidade.
2. O valor “*per capita*” será repassado à Entidade de forma proporcional aos dias de internamento do Acolhido na instituição.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

A Entidade se compromete no atendimento em regime de acolhimento integral, incluindo alimentação, vestuário, transporte, lazer, escolaridade, atendimento médico, psicológico e odontológico, e demais meios necessários para a integração/reintegração do Acolhido junto à família e à comunidade.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO:

Este Termo de Colaboração poderá ser denunciado pela Entidade, a qualquer tempo e especialmente quando da constatação da falta de pagamento dos valores ajustados neste Termo.

Em casos especiais, onde o abrigado necessite de acompanhamento médico especializado, alimentação e cuidados especiais, a responsabilidade de arcar com as despesas serão do Município de Vale Real/RS.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

Este Termo de Colaboração entra em vigor na data de sua assinatura até o período de 1 (um) ano, podendo ser renovado até no máximo 60 meses, caso haja interesse das partes, através de Termo Aditivo.

O mesmo poderá ser rescindido por acordo entre as partes, sempre com notificação por escrito com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO INÍCIO:

O Presente Termo de Colaboração terá vigência de..... de 2017 ade 2018, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO:

Os partícipes elegem o foro da comarca Feliz/RS, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios que surgirem na execução do presente Termo de Colaboração, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, justos e contratados, os partícipes firmam o presente Termo de Colaboração, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Vale Real,..... de 2017.

.....
Prefeito Municipal de Vale Real/RS.

.....
Associação dos Menores de Arroio do Meio/RS

TESTEMUNHAS:

1 – NOME:.....
CPF Nº.....

2 - NOME:.....
CPF Nº.....

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS:

Órgão/Entidade Proponente Prefeitura Municipal de VALE REAL		CNPJ 92123918/0001-46			
Endereço Rua Rio Branco, 659					
Cidade Vale Real		UF RS	CEP 95.778-000	DDD/Telefone (51) 3637-7050	EA Municipal
Conta Corrente	Banco	Agência		Praça Pagamento	
Nome do Responsável Edson kasparly			CPF 603974970-91		
CI/Órgão Expedidor 1040764936-SJS/RS	Cargo Prefeito	Função Prefeito		Matrícula/IF	

2. OUTROS PARTICIPES:

Órgão/Entidade Associação dos Menores de Arroio do Meio		CNPJ 87.296.950/0003-55			
Endereço Rua Visconde do Rio Branco, nº. 46, Bairro Navegantes					
Cidade Arroio do Meio		UF RS	CEP 95940-000	DDD/Telefone (51) 3716 3586	EA Estadual
Nome do Responsável LEDA MARIS POLETTO			CPF 082.115.900-34		
CI/Órgão Expedidor	Cargo Presidente	Função Presidente		Matrícula/IF	

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO:

Título do Projeto: Cooperação entre o Município e a Entidade visando ao atendimento de crianças e adolescentes, do sexo masculino até 12 anos e do sexo feminino até 18 anos , em regime de Abrigo, encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Conselho Tutelar e/ou por medida judicial.	Período de Execução	
	Início 2017	Término 2018

Identificação do Objeto:

O presente Termo visa à Cooperação entre o Município e a Entidade visando ao atendimento de crianças e adolescentes, do **sexo masculino até 12 anos e do sexo feminino até 18 anos**, em regime de Abrigo, encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Conselho Tutelar e/ou por medida judicial

Justificativa da Proposição:

O presente pleito propicia o atendimento em regime de acolhimento integral, incluindo alimentação, vestuário, transporte, lazer, escolaridade, atendimento médico, psicológico e odontológico, e demais meios necessários para a integração/reintegração do Acolhido junto à família e à comunidade atendendo às exigências legais do ECA e Ministério Público.

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa ou Fase)

Meta	Etapa Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unid	Quant	Início	Término
1	1	Atender o acolhido em regime de Abrigo, encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Conselho Tutelar e/ou por medida judicial por tempo estipulado na medida de acolhimento.	01	01	2017	2018

6 - APROVAÇÃO:

Aprovado.

Arroio do Meio, de 2017.

EDSON KASPARY
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO ARROIO DO MEIO/RS